

# Sindifisco Nacional – Delegacia Sindical de São Paulo

## Clipping de 31 e 30 de janeiro de 2010

Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2010

### FOLHA DE S. PAULO

#### Editoriais

[editoriais@uol.com.br](mailto:editoriais@uol.com.br)

#### Hora do aperto

---

*Governo acerta ao eliminar  
incentivos fiscais, mas deveria cortar  
gastos para facilitar o crescimento  
do país*

---

VAI NA DIREÇÃO correta a decisão do governo, anunciada nesta semana, de desativar os estímulos fiscais para a produção e venda de automóveis e eletrodomésticos, criados no ano passado como socorro ao setor produtivo diante da crise econômica mundial. Há algum tempo acumulam-se evidências de que os incentivos já cumpriram seu papel, sendo claros os sinais de que a economia doméstica entrou em processo de recuperação.

Uma política econômica efetivamente compatível com os objetivos de crescimento e desenvolvimento do país, entretanto, teria que evoluir no sentido de aprofundar o esforço fiscal do setor público, especialmente no que diz respeito à contenção de despesas na esfera federal.

Em 2009, enquanto as receitas do governo central cresceram menos que 5%, as despesas aumentaram em ritmo três vezes maior. Embora um aumento do dispêndio público seja até desejável num cenário de crise, o crescimento dos gastos se concentrou nas despesas com o funcionalismo, cuja capacidade de atenuar os efeitos da retração econômica é notoriamente

reduzida. Trata-se, ademais, de gastos de caráter permanente, que reduzem o raio de manobra futuro.

O governo até logrou cumprir em 2009 a meta de superavit primário -que corresponde à parcela das receitas poupada para saldar os juros e o principal da dívida pública. Foi entretanto um cumprimento formal, alcançado pelo uso de artifícios que mal escondem a deterioração do perfil das contas públicas.

As despesas foram contabilmente reduzidas pelo abatimento de gastos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), possibilidade prevista em lei, enquanto as receitas foram incrementadas pela transferência de depósitos judiciais ao Tesouro Nacional e pela antecipação de dividendos da Eletrobrás.

Essa forma de condução dos gastos públicos vai na direção contrária à das necessidades do país. A economia entra num ciclo de crescimento, normalmente acompanhado por pressões inflacionárias, que somente podem ser atenuadas se a capacidade produtiva crescer em ritmo compatível como o aumento do consumo.

Nesse contexto, o excesso de gastos públicos é particularmente danoso, pois toma espaço, na demanda do conjunto da economia, que deveria ser ocupado por despesas de investimento aptas a ampliar a capacidade de oferta do sistema econômico.

A atual estratégia do governo para conter a inflação está excessivamente centrada na política de juros, cujo efeito acaba sendo o de limitar o crescimento e barrar a ampliação da capacidade produtiva. A contenção da despesa pública, embora pouco provável num ano eleitoral, seria essencial para dar coerência a uma política econômica hoje marcada por contradições injustificáveis.

## Painel

SILVIO NAVARRO (interino) - [painel@uol.com.br](mailto:painel@uol.com.br)

## Batalha naval

As negociações entre o PSB e o PT paulista por uma aliança para disputar o governo de São Paulo passam por uma zona de atrito entre as duas siglas: o controle do porto de Santos. Desde 2007, quando Lula criou a Secretaria Especial de Portos, a qual deixou sob o comando do PSB, o PT perdeu espaço em Santos.

Com status de ministro, o responsável pela pasta, Pedro Brito, foi sub de Ciro Gomes (PSB) na Integração Nacional. Antes de embarcar na política, Brito fez carreira no banco Fibra, da família do vice-presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch (CSN), por sua vez um dos principais entusiastas da candidatura de Paulo Skaf (PSB) ao Palácio dos Bandeirantes.

**Laços.** Cargo-chave no porto, a diretoria de Administração e Finanças deixou de ser ocupada pelo PT para abrigar o executivo Alencar Costa, também ligado a Steinbruch.

**Memória.** O PT havia ampliado seu espaço no porto de Santos depois do escândalo do mensalão, em 2005, quando o PR perdeu seu naco por conta do envolvimento do deputado Valdemar Costa Neto.

VINICIUS TORRES FREIRE

## Impostos, gasto social, Lula e FHC

---

*Dados sobre gasto social e impostos mostram como é difícil fazer comparações simples entre os governos*

---

NOS ANOS FHC, a carga tributária subiu mais que em sete anos de Lula. Quase 60% mais. Isso não quer dizer necessariamente que os impostos subiram mais. Quer dizer que o total arrecadado pelo governo cresceu mais como fatia do PIB. Nos anos FHC, cresceu também a proporção dos recursos que o governo devolve à sociedade na forma de transferências diretas de renda: aposentadorias, pensões e outros benefícios sociais e assistenciais. Isso não quer dizer, necessariamente que, em termos absolutos, tais transferências foram maiores no governo FHC. Quer dizer apenas que, **como proporção do PIB**, as transferências de assistência e previdência sociais cresceram no governo tucano; subiram muito pouco no governo Lula.

Os dados sobre tributação e transferências foram levantados pelo pesquisador Márcio Bruno Ribeiro, do Ipea, publicados no estudo "Uma Análise da Carga Tributária Bruta e das Transferências de Assistência e Previdência no Período 1995-2009" (grátis no site do Ipea). A análise dos dados é da responsabilidade do colunista.

Assim dispostos, os números parecem negar o fato de que nos anos Lula aumentaram os benefícios sociais diretos para os mais pobres. Mas é preciso considerar que tanto o PIB como os gastos do governo federal cresceram muito mais nos anos Lula. Ou seja, em termos absolutos havia mais dinheiro no bolo. Os gastos cresceram 50%, na média, em relação aos anos FHC. O PIB, quase 60% mais. Parte do aumento da receita e da despesa foi destinado a programas de desenvolvimento social, como o Bolsa Família. Na média, o investimento federal direto (em "obras") praticamente empata, nos dois períodos (como proporção do PIB).

O grande salto da carga tributária sob FHC ocorreu entre 1998 e 2001, quando o país cresceu apenas 1,5% por ano, em média. Os impostos subiram para cobrir os rombos da crise que estourou em 1998-99. O grande salto da carga tributária sob Lula ocorreu entre 2004 e 2008, de resto sobre uma base muito maior: o PIB cresceu em média 4,8% nesses anos. A carga subiu mais devido ao aumento da arrecadação devida à melhora na renda e à formalização do trabalho.

Esta breve nota sobre FHC vs. Lula revela a dificuldade das comparações. Em termos práticos, a "sensação térmica" sob Lula foi mais agradável, não importa como se leiam os números. Para a massa dos cidadãos, são incompreensíveis considerações sobre o contexto mundial ou sobre o fato de que ações de um governo podem ter resultados defasados, que aparecem na gestão do sucessor. É ainda mais infável a ideia de que certas mudanças institucionais causam melhorias tardias e difusas, que não são mensuráveis diretamente. O lulismo-petismo quer fazer uma "eleição plebiscitária", PSDB versus PT. Em si, não é

má ideia. Pode até ser um meio de evitar excessos de personalismo na eleição (se um candidato tucano quiser se descolar de seu partido, que partido e que candidato são esses, afinal?). Problema mesmo, como já se viu na propaganda do PT, será a fraude publicitária dos números descolados de seu contexto.

[vinit@uol.com.br](mailto:vinit@uol.com.br)

## O Estado de São Paulo, 31 de janeiro de 2010

### Nenhuma matéria foi selecionada

## Folha de S. Paulo, 30 de janeiro de 2010

### Mercado Aberto

MARIA CRISTINA FRIAS - [cristina.frias@uol.com.br](mailto:cristina.frias@uol.com.br)

## Exportador precisa de estímulo, diz Mantega

DA ENVIADA ESPECIAL A DAVOS

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem à **Folha** que o setor exportador necessita de medidas de estímulos, mesmo apesar da alta de cerca de 8% do dólar em relação ao real neste mês.

"A concorrência internacional se intensificou, o que reduz o preço para o exportador", afirmou o ministro, que participa do Fórum Econômico Mundial, na Suíça.

Mantega não quis adiantar quais seriam as medidas de um eventual pacote. Segundo ele, o governo está fazendo uma análise de exportações, iniciada antes da desvalorização do real. Redução de tributos é uma das queixas de exportadoras citadas pelo ministro.

Com relação à elevação do dólar, quando indagado se ficara contente com a desvalorização da moeda doméstica, Mantega disse que ficou satisfeito "com o rumo que tomou".

"Não tenho patamar ideal. Acredito que [a alta do dólar] reflète o aumento do deficit em conta-corrente", afirmou.

O fluxo de recursos para o Brasil será mais moderado neste ano. Para o ministro, demorou, mas o mercado percebeu o problema fiscal.

O crescimento econômico deverá ser puxado neste ano pelos investimentos, que devem avançar entre 15% e 20%, segundo Mantega. O ministro citou projeções para o PIB

(Produto Interno Bruto) deste ano, entre 6% e 6,5%, consideradas por ele como muito otimistas. Mantega afirma estimar um crescimento menor, entre 5% e 5,5%.

## O Estado de São Paulo, 30 de janeiro de 2010

### O Copom e as finanças públicas

Tamanho do texto? **A A A A**

A mudança do comunicado final da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deixa bem claro que seus membros não compartilham da convicção de que a taxa Selic atual seja condizente com um cenário benigno de inflação. Ao contrário, temem que o País entre em fase de forte consumo. A divulgação da ata da reunião, na próxima semana, deve esclarecer se veem ameaça apenas num descasamento entre demanda e produção domésticas - sabendo que uma desvalorização da moeda nacional dificulta a cobertura desse "gap" pela importação - ou se a maior preocupação é com as transferências oficiais num ano de eleição.

De qualquer modo, o comunicado final torna mais provável a elevação da taxa Selic na reunião de março. Isso atrapalharia os planos do governo num ano de eleições.

A primeira reação vem do secretário do Tesouro, Arno Augustin, que declarou que, na sua visão, a política monetária deve acompanhar a necessidade de retomada do crescimento. É a primeira vez que o Tesouro, em princípio muito ligado à atuação do Banco Central (BC) na administração da dívida, se permite condenar a política monetária.

A reação do governo foi muito mais hábil ao anunciar que até março vai limitar os gastos para evitar a elevação da taxa de juros e, segundo anunciou o ministro do Planejamento, cortes no Orçamento serão feitos em março.

Outras medidas foram anunciadas para conseguir recursos dos bancos, como por exemplo a autorização do governo de dar seu aval para que as usinas elétricas em construção possam receber créditos.

A questão é saber se as autoridades monetárias, de um lado, acreditarão na firmeza das decisões do governo; de outro, se as acharão suficientes; e, finalmente, se considerarão que não é preciso - como é do costume no Copom - adiantar-se às consequências de uma elevação da liquidez. Deve-se acrescentar que o fato de dar um aval a algumas companhias públicas representa uma garantia para as autoridades monetárias, na medida em que, provavelmente, o governo teria de cobrir a inadimplência delas.

Os erros cometidos nos últimos tempos, como o aumento dos salários e de funcionários, têm efeito duradouro que nenhum corte orçamentário possa neutralizar. Dificilmente o governo, num ano de eleição, cortará os investimentos. Nesse quadro, se não for em março o aumento da Selic, isso acontecerá em abril, a menos que a equipe do BC seja trocada.

## Juros reagem a fim do IPI reduzido

Taxas de curto prazo reduziram o declínio na etapa final e encerraram nos níveis dos ajustes anteriores

Denise Abarca, Silvana Rocha e Claudia Violante

Tamanho do texto? **A A A A**

Ainda sob o efeito do comunicado do Comitê de Política Monetária do Banco Central, cuja leitura deslocou boa parte das apostas para início da alta da Selic de março para abril, os sinais da área fiscal doméstica estimularam nova rodada de queda das taxas de juros durante a sessão de ontem. Na negociação estendida, contudo, houve ajustes técnicos e os juros de curto prazo encerraram perto da estabilidade. O mercado foi influenciado pela avaliação de que a retirada de alguns estímulos fiscais pelo governo pode tornar mais brando o ciclo de aperto monetário no Brasil. Além disso, o fim de alguns incentivos dá mais credibilidade à promessa de cumprimento da meta fiscal cheia de 3,3% do PIB em 2010. A taxa para janeiro de 2011 encerrou a 10,34%. No câmbio, o dólar teve a 9ª sessão de alta ante o real, pressionado pela valorização externa da divisa ante várias moedas. O dólar balcão subiu 0,96%, a R\$ 1,885, maior valor desde 1º/9/2009. No mês, a divisa norte-americana avançou 8,15%. Já na bolsa doméstica predominou a cautela, aliada à fuga do capital externo dos últimos dias, apesar do PIB americano melhor que o esperado. O Ibovespa caiu 0,28%, aos 65.401,77 pontos, e ampliou a perda no mês para 4,65%.

## A partidarização da Previc

Tamanho do texto? **A A A A**

Criada por lei em dezembro e regulamentada terça-feira, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) entrou em operação com três diretores indicados pelo PT e pelo PMDB e nomeados pelo presidente Lula. O governo conferiu, assim, caráter partidário à direção da mais nova agência reguladora, como explicou, com clareza chocante, o secretário executivo do Ministério da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, do PT de São Paulo: "Isso é muito natural. Queriam que a gente procurasse a oposição? Ninguém caiu aqui de paraquedas." E o diretor-superintendente e principal executivo da agência, Ricardo Pena Pinheiro, completou: "Não existe trabalho técnico sem o respaldo político."

Sucessora da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), a Previc está incumbida de fiscalizar os fundos de pensão, responsáveis pela complementação da aposentadoria de quase 3 milhões de trabalhadores de empresas privadas e estatais, com cerca de 4,5 milhões de dependentes diretos. Esses fundos - conhecidos como entidades fechadas de previdência privada - são os maiores investidores institucionais do País e administram um patrimônio de mais de meio trilhão de reais, cerca de 17% do Produto Interno Bruto (PIB), e participam do controle ou têm ações de algumas das maiores companhias do País por valor de mercado, como Vale, Usiminas, BR Foods e Telemar.

Bastaria isso, portanto, para basear em critérios técnicos a escolha dos diretores da Previc. Afinal, as agências reguladoras são braços do Estado, que devem ter gestão independente em relação ao governo e aos partidos, incumbidas da aplicação de políticas públicas e não de atender aos interesses dos governos da hora. E essa tarefa depende de administrações rigorosamente profissionais, de diretores com mandato determinado, com nomes submetidos ao Congresso.

Mas não foi assim que o governo petista organizou a Previc. Os diretores não têm mandato nem foram aprovados pelo Senado. Embora alguns indicados tenham formação técnica, o principal atributo para a escolha foi a indicação por centrais sindicais ou por partidos da base do governo.

Já a cerimônia de posse da diretoria da Previc foi um evento político, com a presença do presidente Lula, do ministro da Previdência, José Pimentel, do ex-presidente do PT Ricardo

Berzoini e do senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima - estes, ex-ministros da Previdência. Além de Pinheiro, os diretores apadrinhados do PT na Previc são Edevaldo Fernandes da Silva, de Assuntos Econômicos, e Manoel Lucena dos Santos, de Fiscalização, que trabalhava no gabinete do ministro Pimentel. O PMDB indicou o diretor de Administração, José Maria Freire de Menezes Filho.

Sem sede nem recursos orçamentários definidos, a Previc funcionará onde estava a SPC, no Ministério da Previdência. Até abril, deverá abrir um concurso público para o preenchimento de 200 cargos de especialistas em previdência complementar, analistas administrativos e técnicos administrativos. Outras 110 vagas, das quais 14 na alta administração, poderão ser preenchidas por critérios políticos. É quase inevitável, portanto, que a Previc se torne mais um cabide de empregos.

Dinheiro não faltará. A Previc terá confortável autonomia administrativa e financeira, uma vez que os fundos de pensão terão de recolher a seus cofres, a cada quatro meses, taxas variáveis conforme seu patrimônio, podendo chegar ao máximo de R\$ 2 milhões anuais - para 2010, a previsão é recolher R\$ 33 milhões.

Não são pequenos os riscos decorrentes da partidização da Previc, cuja responsabilidade é fiscalizar os grandes fundos estatais de pensão, como o Previ, do Banco do Brasil, com patrimônio de R\$ 135 bilhões; o Petros, da Petrobrás, com R\$ 44 bilhões; e o Funcef, da Caixa Econômica Federal, com R\$ 36 bilhões. Apenas essas três fundações representam quase a metade (46%) do patrimônio total dos fundos de pensão.

Órgão máximo de fiscalização dos fundos, a Previc terá agora de fiscalizar os "companheiros", o que deverá provocar frequentes conflitos de interesses.

## PF aponta superfaturamento de R\$ 1 bi em obras de aeroportos

Relatório diz que esquema de fraudes em licitações foi feito pela cúpula da Infraero na gestão Carlos Wilson Fausto Macedo e Bruno Tavares, de O Estado de S.Paulo

Tamanho do texto? **A A A A**

SÃO PAULO - A Polícia Federal apontou superfaturamento de R\$ 991,8 milhões nas obras de dez aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) - Corumbá, Congonhas, Guarulhos, Brasília, Goiânia, Cuiabá, Macapá, Uberlândia, Vitória e Santos Dumont. Todas as obras foram contratadas durante o primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006.

Relatório final da Operação Caixa Preta sustenta que o desvio é resultado de um esquema de fraudes em licitações arquitetado pela cúpula da estatal na administração Carlos Wilson, que presidiu a Infraero naquele período. Ex-deputado, ex-senador e ex-governador de Pernambuco (1990), Carlos Wilson foi filiado à antiga Arena, ao PMDB, ao PSDB e, por último, ao PT. Ele morreu em abril de 2009, aos 59 anos, vítima de câncer.

Os principais assessores de Wilson no comando da Infraero foram enquadrados pela PF: Josefina Valle de Oliveira Pinha, ex-advogada-geral do Senado que exerceu a função de superintendente

jurídica da estatal; Adenahuer Figueira Nunes, ex-diretor financeiro, e Eleuza Lores, ex-diretora de engenharia - o indiciamento de Eleuza foi suspenso pelo Superior Tribunal de Justiça.

O dossiê da PF esmiúça em 188 páginas como operou "um seletivo e ajustado grupo" de 18 empreiteiras. A Polícia Federal imputa seis crimes a 52 investigados, entre ex-dirigentes e funcionários da Infraero, empresários, projetistas e fiscais: formação de quadrilha, peculato (crime contra a administração pública), corrupção ativa e passiva, crimes contra a ordem econômica e fraude em licitações.

O inquérito foi aberto em novembro de 2006 pela Superintendência Regional da PF em Brasília. Equipes multidisciplinares formadas por peritos criminais federais, engenheiros civis, mecânicos, elétricos, eletrônicos e cartográficos inspecionaram um a um os aeroportos. Interceptações telefônicas revelaram estreito contato entre ex-diretores da Infraero e funcionários de empreiteiras. A investigação foi conduzida pelos delegados César Leandro Hübner e Felipe Alcântara de Barros Leal. "A equipe policial identificou um enorme superfaturamento nos preços e quantidades dos serviços praticados pelas empresas contratadas em um montante aproximado de R\$ 1 bilhão em valores atualizados", assinala o texto.

À página 26 do relatório a PF estima que o valor superfaturado seria suficiente para construir 34.193 casas populares, "o que equivale a todas as moradias de uma cidade de 112.837 habitantes". O desvio corresponde ainda ao total necessário para a construção do Terminal 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos, obra tida como fundamental para suportar o crescimento do setor aéreo e receber com conforto os turistas para a Copa 2014.

## LAUDOS

Laudos periciais revelam gastos a maior. Com base no laudo 761/2009, do Instituto Nacional de Criminalística (INC), braço da Diretoria Técnico-Científica, a PF afirma que "a Norberto Odebrecht figura como responsável por um desvio do valor atualizado de R\$ 163, 25 milhões dos cofres públicos".

Na obra do Santos Dumont (RJ), diz a PF, a Odebrecht "apresentou superfaturamento no valor de R\$ 17,25 milhões". Segundo o relatório, "essa modalidade de superfaturamento se caracteriza pela cobrança em duplicidade, ou cobrança por serviço não executado".

O laudo 781/2009 indica que a Via Engenharia "figura como responsável por desvio de R\$ 40,65 milhões das obras do aeroporto de Goiânia".

A PF aponta intrincada teia de relacionamentos entre os acusados. "Percebe-se a existência de robustos indícios de um esquema fraudulento de corrupção envolvendo servidores da Infraero e representantes legais e/ou de fato de sociedades empresariais construtoras, projetistas e de fiscalização, objetivando, por meio de conluio de vontades de mais de três pessoas, frustrar de forma reiterada o caráter competitivo de licitações, possibilitando, em seguida, modificações e vantagens em favor de tais sociedades empresariais."

São alvos do inquérito 18 empreiteiras: Odebrecht, OAS, Carioca, Construcap, Camargo Corrêa, Galvão, Via Engenharia, Queiroz Galvão, Constran, Mendes Júnior, Serveng Civilsan, Gautama, Beter, Estacon, Financial, Enpress, Triunfo e Cima. Elas negam irregularidades (veja na página A6). As fraudes, diz a PF, tiveram apoio de altos funcionários da Infraero. "Objetivando beneficiar seletivo grupo de empresários, precisava-se restringir o caráter competitivo das licitações necessárias à aplicação dos recursos federais. Para tanto, eram necessárias mudanças estruturais e normativas na Infraero."

A PF destaca algumas "manobras" da direção da estatal, como contratação de uma mesma empresa para executar diferentes obras no aeroporto e a adoção da modalidade de técnica e preço. A primeira, segundo a PF, restringe a quantidade de licitações e, conseqüentemente, o número de empresas contratadas. A outra, embora não tivesse o "condão de direcionar a licitação, foi crucial para os atos preparatórios seguintes, que implicaram a agregação de subjetividade ao certame, facilitando os ajustes ilícitos".

A PF aponta formação de cartel - conluio entre empresas para prejudicar concorrentes -, inclusão indevida de etapa de pré-qualificação, mudanças de regras durante a licitação. Os peritos constataram dois tipos de superfaturamento: por falta de qualidade e quantidade e por sobrepreço e jogo de planilha.

## Economia melhor permite ajustes

Tamanho do texto? **A A A A**

A Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) do último trimestre de 2009 e as pesquisas de emprego e renda do IBGE e da Fundação Seade/Dieese de dezembro indicaram que a economia brasileira não só voltou a crescer, mas está retomando o nível de atividade anterior à crise. Se o governo aproveitar a recuperação - e o aumento das receitas tributárias - para melhorar as contas fiscais, 2010 poderá ser um ano de forte crescimento e de criação de condições mais favoráveis para o sucessor do presidente Lula.

Entre o 3º e o 4º trimestres de 2009, a indústria elevou de 56,6 pontos para 58,1 pontos o indicador da produção, aumentou o uso da capacidade instalada de 73% para 77% e reduziu os estoques, segundo a CNI. As expectativas quanto às exportações ainda são negativas e o acesso ao crédito, limitado, mas os maiores obstáculos ao crescimento se atenuaram.

O maior problema - a carga tributária - foi citado por 64,8% das 1.418 empresas entrevistadas, menos do que os 67,1% mencionados na sondagem relativa ao 3º trimestre. A falta de demanda - que havia sido citada por 32,9% das indústrias no 3º trimestre - reduziu-se a 23,4% das respostas.

Aumentou a preocupação com juros, falta de trabalhadores qualificados, taxa de câmbio, capacidade produtiva e falta de matéria-prima. Espera-se forte aumento da demanda, justificando o temor de escassez de insumos e de pessoal. A indústria continuará dependente do mercado interno.

A expectativa de demanda atingiu o maior valor da série - 62,9 pontos, acima da média histórica, de 57,1 pontos. A CNI prevê melhora do emprego industrial. E, de fato, a indústria e os demais setores da economia já contratam mais. É o que mostram os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que indicou queda da desocupação de 7,4%, em novembro, para 6,8%, em dezembro. O nível médio de desemprego, em 2009, foi de 8,1%, semelhante ao de 2008 (7,9%). Dado tido como favorável por analistas, prevendo nova queda do desemprego.

A pesquisa do Seade/Dieese, com parâmetros diferentes dos do IBGE, mostrou que, na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego de 11,8%, em dezembro, foi apenas levemente superior à de dezembro de 2008 e esse é um "resultado extraordinário", comentou o coordenador do levantamento, Alexandre Loloian.

Com os mercados funcionando bem, o governo pode retirar incentivos e reequilibrar contas, sem afetar o crescimento.

## Imposto de importação do etanol deve cair

Stephanes defende fim da tarifa e usineiro afirma que pede a medida não para importar, mas para exportar

Paula Pacheco

Tamanho do texto? **A A A A**

Amanhã passa a valer a nova mistura de etanol na gasolina vendida nos postos. O combustível deixa de ter 25% de etanol e passa a receber a adição de 20% pelos próximos 90 dias.

Cerca de 100 milhões de litros de etanol devem ser poupados por mês com a medida. Assim, o setor ganha fôlego para colocar a casa em ordem e normalizar o abastecimento a partir de março, quando a safra 2010/2011 deve começar - antecipada em mais de um mês numa operação emergencial.

A mudança na fórmula da gasolina foi uma decisão do governo para estancar o risco de desabastecimento de etanol. Apesar de o problema estar a caminho da solução, o governo deve tomar outra decisão importante nos próximos dias.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, tem agendada uma reunião para o dia 9 que terá na pauta o fim da tarifa de importação para o etanol. Será o primeiro movimento do governo neste ano em direção ao mercado internacional do etanol, de valor incalculável.

O próprio ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, admite não entender o motivo da tarifa: "Não sei porque a tarifa não foi eliminada antes. Nem sei porque ela foi estabelecida. Não sabia que ela existia até o setor pedir para acabar com ela". Segundo ele, a não ser que os técnicos da Camex peçam para analisar o caso, o imposto de importação para o etanol deve cair no dia da reunião.

A iniciativa de acabar com o imposto de importação partiu da União da Indústria de Cana de Açúcar, a Unica, em outubro passado. Para a entidade que representa os usineiros, derrubar a barreira tarifária é a forma mais urgente de também acabar com a tarifa americana para o produto nacional, que hoje é de 2% sobre o valor da compra, mais US\$ 0,54 por galão (3,78 litros).

"Não pedimos o fim da tarifa para poder importar. Queremos é exportar. Para isso é preciso uma questão de princípios. Como o Brasil pode ser defensor do livre comércio e praticar essa tarifa? Por que o petróleo é livre de tarifa e o etanol não é?", cita Marcos Jank, presidente da Unica.

Os EUA, que produzem o etanol de milho, com custo mais elevado que o similar nacional, poderão ser a mais expressiva porta de entrada do produto brasileiro. O mercado americano produz por ano em torno de 37 bilhões de litros de etanol de milho. Dos 5,1 bilhões de litros embarcados para o exterior em 2008, 1,5 bilhão foram para s EUA, principal cliente brasileiro. Em encontro com o presidente Barack Obama no ano passado, o presidente Lula ressaltou a importância de as barreiras serem eliminadas. Ele destacou na conversa os aspectos comerciais e

ambientais.

## INTERESSE ECONÔMICO

Para Stephanes, o aspecto ambiental tem sido dos menos valorizados. "É a maior hipocrisia. Quando o barril de petróleo estava a US\$ 140, recebia aqui no ministério pelo menos uma missão internacional por semana. Pelo menos metade dos países da União Europeia se interessaram pelo etanol brasileiro e vieram conhecê-lo."

Mas o tempo passou e o ritmo de visitas ao ministério mudou: "Bastou o petróleo despencar para todo mundo sumir. Faz seis meses que não recebo ninguém. O problema ambiental desapareceu. O que importa mesmo é o aspecto econômico".

Presidente da maior empresa do setor, a Cosan, Marcos Lutz não se sente ameaçado em relação ao fim das barreiras. "Deveríamos fazer isso, porém negociando uma contrapartida americana de abrirem o mercado deles. Não vejo riscos maiores, pois somos muito mais competitivos que qualquer país na produção de etanol", opina.

Sem dar detalhes, Jank trabalha com a possibilidade de o Brasil fazer uma pequena importação de etanol antes de os estoques se normalizarem. "É possível que entre alguma coisa", antecipa. O fato é que, segundo Jank, pode até parecer contraditório, mas o Brasil é quem ganha com a abertura à importação de etanol, já que tem um custo de produção menor e é o único país a conviver com uma alternativa econômica e ecologicamente viável ao petróleo.

Jank não acredita que o etanol brasileiro tenha perdido prestígio em função do aumento de preço e possibilidade de desabastecimento. "Isso não aconteceu porque se produziu mais açúcar (que teve uma alta expressiva de preço no mercado internacional) do que etanol. Tivemos mais de dois meses de chuva, o que interrompeu a colheita da cana durante a safra", comenta. Apesar disso, a indústria bateu recorde de saldo na balança comercial em 2009, com saldo de US\$ 9,7 bilhões, ante US\$ 7,8 bilhões em 2008.

Para Ricardo de Gusmão Dornelles, diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, o tropeço do etanol interferiu, sim, na imagem do produto brasileiro no mundo, "porque os interesses são grandes". "Mas não é um desespero, uma terra arrasada", pondera. Ele defende a liberalização. "Se há o desejo que se torne uma alternativa energética, as barreiras terão de ser revistas."

## Consenso em Davos: é cedo para tirar estímulos

"Há recuperação estatística e recessão humana", diz Summers

Fernando Dantas

Tamanho do texto? **A A A A**

A recuperação da economia mundial ainda é frágil, e é muito cedo para as principais economias pensarem em retirar os maciços impulsos fiscais e monetários que ajudaram a tirar o mundo da beira do abismo causado pela crise financeira global. Esse foi um dos pontos de consenso entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e representantes das principais economias do mundo, na mais densa discussão sobre o futuro da economia mundial nos quatro dias da programação do Fórum de Davos.

"Temos uma recuperação estatística e uma recessão humana", disse Lawrence Summers, principal assessor econômico da Casa Branca, que participou do debate. Summers quis dizer que o crescimento no PIB trimestral dos países ricos - os Estados Unidos cresceram 5,7% em termos

anualizados no quarto trimestre, a maior taxa desde 2003 - deriva da base depreciada de comparação, e não se traduziu numa melhora no front do emprego. O alto desemprego nos países ricos, apesar da retomada, é uma das principais preocupações este ano em Davos.

Christine Lagarde, ministra da Economia da França, e Dominique Strauss-Kahn, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), foram dois dos debatedores que expressamente defenderam que é cedo para retirar os estímulos fiscais e monetários das principais economias. Observando que há riscos tanto em prolongar demasiadamente os estímulos como em reduzi-los prematuramente, Strauss-Kahn deixou bem clara a posição do FMI: "O risco de retirar antes da hora é muito maior". Lagarde disse concordar com Strauss-Kahn, e enfatizou a grande dificuldade das autoridades econômicas mundiais em acertar o timing dos movimentos simultâneos de cuidar da recuperação econômica, reformar o sistema financeiro e restaurar as finanças públicas.

Para Strauss-Kahn, a recuperação mundial veio mais cedo e mais forte do que o esperado, mas é "frágil", porque ainda depende em larga escala dos gastos públicos, e não da demanda privada. Segundo ele, a estratégia de retirada do gigantesco estímulo econômico apresenta um risco assimétrico, já que no cenário de uma saída antecipada apresenta perigos muito maiores do que o inverso.

Strauss-Kahn notou que o FMI não prevê um "duplo mergulho", uma nova recessão nas economias ricas depois da contração de 2009. Porém, caso o duplo mergulho ocorresse, não haveria muito o que fazer - o déficit público desse países já foi expandido para níveis críticos, e as taxas de juros estão baixíssimas ou zeradas.

"Nossa recomendação é que não se retire (o impulso) cedo demais, e que tudo o que foi programado para 2010 seja implementado", ele insistiu. Segundo John Lipsky, vice-diretor-gerente do FMI, as principais economias do mundo se comprometeram a fazer um impulso fiscal discricionário de 2% do PIB em 2009, e cumpriram. Para 2010, o combinado é um novo impulso de 1,5% a 2% do PIB.

Num estado de espírito totalmente diferente, Zhu Min, vice-governador do Banco do Povo da China (banco central), disse que a China cresceu 8,7% em 2009 e deve crescer entre 8% e 9% em 2010, mas que a maior preocupação não é a velocidade de crescimento, mas sua qualidade.

Ele explicou que já há sinais de melhora dessa qualidade, com o consumo tomando um pouco do papel do investimento como principal motor de crescimento na China.